

# Pontos críticos

FERNANDO PEDREIRA

Será que um país, a certa altura do seu desenvolvimento, pode estragar-se, rançar como manteiga ou, quando menos, virar coalhada? É possível. O Haiti, no Caribe, é um exemplo clássico de país que retrocediu. Algum tempo depois de tornar-se independente, o Haiti eliminou a sua própria elite (que era mulata) e rapidamente, sob o comando do doutor Duvalier, o Papa Doc, recaiu no que podos haver de pior em suas raízes africanas: o vudu, o obscurantismo mais atroz; o terror dos monton macoute. Ainda hoje permanece no buraco.

A Argentina, por sua vez, no princípio do século XX, era uma das nações mais ricas e bem providas da Terra. Hoje, o presidente Alfonsín esforça-se para resgatar os restos desse passado opulento, que escorreu entre os dedos dos argentinos, inexoravelmente, como a areia do tempo. O país tem agora (ou tinha, antes da guerra das Malvinas) uma renda per capita comparável à do Gabão ou da Bulgária.

Mas a Argentina, afinal, foi vítima dos seus militares pró-nazistas do tempo da Segunda Guerra, dentre os quais surgiu o coronel Peron com sua Evita. Um caso certamente ainda mais chocante e difícil de explicar é o do Uruguai que, há umas poucas décadas, era chamado de Suíça latino-americana. Com seus três milhões de habitantes, rico, culto, educado, solidamente democrático e dotado de um sistema social generoso (talvez até exageradamente generoso), o Uruguai não resistiu a uma severa crise de estagnação econômica que parecia indicar o início de um triste período de decadência. Seu tecido social rompeu-se espetacularmente. O terror e a violência dos tupamaros eclodiram e cresceram ano após ano, impiedosamente: as instituições livres e as lideranças civis tradicionais se desmoralizaram, até que desabasse sobre o país uma ditadura militar repressiva e bárbara como poucas.

Não houve Perón, no Uruguai. Não houve Papa Doc. Que cientista social seria capaz de descobrir, na antiga Suíça latino-americana, os germes (ou as enzimas) dessa espécie de fúria suicida com que os uruguaios se iam matar uns aos outros, até que voltasse, década e meia depois, a paz civil (e o Ponto Final) do presidente Sanguinetti?

Há países, portanto, que azedam. Produzem dentro de si mesmo um tipo de veneno, um tóxico qualquer que gera o ódio e a violência, e que só pode expurgar-se por meio de uma ou outra forma, sempre terrível, de guerra civil. A América Latina terá trazido a semente dos seus piores males da mãe espanhola; do sangue quente de sua mãe espanhola e do país basco. Mas há ainda, com certeza, os exemplos da Irlanda do Camboja, do Vietnã ou do Líbano, terras onde a justaposição de raça e religiões rivais acende fogueiras que o sangue de sucessivas gerações não consegue apagar.

Nós brasileiros, embora ibero-americanos como os nossos vizinhos de continente, parecemos livres ao menos das manifestações mais virulentas desse mal. Os nossos genes, ainda que parecidos, são outros. Mais doces, talvez, ou mais mansos. Há pessoas que evocam a tocaia nordestina, os esquadrões da morte, a tortura e a violência repressiva, para dizer que não somos afinal melhores ou menos maus do que os outros povos. Não somos melhores, mas podemos ser piores. Os jagunços interioranos, as sevícias, a eliminação de presos e prisioneiros não são provas de braveza, de coragem ou de sangue quente, mas apenas de covardia. São crimes covardes, provocados mais pelo medo (e pela pre-

sunção da impunidade) do que pelo próprio ódio ou outro qualquer sentimento supostamente nobre.

Mas, deixemos de lado esses restos bárbaros que só o exercício da democracia e o continuado primado da lei podem conter e erradicar. Os nossos genes — dizíamos — são outros. Estaremos por isso imunes ao risco de ver o nosso esforço pelo desenvolvimento e pela afirmação nacional azedar-se amanhã ou depois, tal como aconteceu (e acontece ainda) com tantos dos nossos vizinhos e parentes mais próximos?

Como qualquer outra nação em rápido processo de desenvolvimento, o Brasil, durante as últimas cinco ou seis décadas, foi forçado a renovar e, em boa parte, substituir suas antigas elites, a ampliar e sofisticar enormemente seu aparelho de Estado, e a mudar de mentalidade e até de ideologia. No curso de uma transição assim tão funda e vasta, é apenas natural que o País tenha mais de uma vez corrido o risco de perder o controle de si mesmo, e perder-se: perder o rumo e o bonde.

Hoje, o Brasil enfrenta problemas certamente muito graves, mas ninguém, nem mesmo o pior e o mais snob dos reacionários, dirá que, de 1920 ou 30 para cá, o País tenha retrocedido. Ao contrário, trocamos de posição com os nossos vizinhos platinos, e estamos (guardadas as proporções e desproporções devidas) numa situação comparável à da Argentina na primeira metade do século. Incluímo-nos entre as sete ou oito maiores economias do Ocidente; chegamos ao limiar da consolidação do desenvolvimento.

E a hora de dar o passo decisivo que, há meio século, os argentinos não conseguiram dar. No caso brasileiro, o progresso rápido trouxe consigo, entre muitos outros, dois pontos críticos que me parecem a fonte principal das nossas piores dificuldades. Um deles é sobretudo político (e social): são as grandes cidades, a urbanização inexorável e maciça, as quais tendem a influir crescentemente na formação dos governos e a imprimir com frequência no processo político uma linha populista e demagógica.

O segundo ponto crítico é em parte decorrente do primeiro, embora tenha as suas fontes próprias: reside no monstruoso desequilíbrio das finanças públicas, a imensa dívida pública que não pára de inchar e que faz disparar a inflação e ameaça o País com a debacle econômico-financeira.

Esse desequilíbrio não pode ser contido e disciplinado enquanto a influência populista no governo não for, por sua vez, contida e dominada, compensada pelo peso de setores sociais que se costuma chamar de "observadores", mas que na verdade representam o que o País e a economia têm hoje de mais saudável, mais dinâmico e mais progressista — o interior de Estados como São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande, Mato Grosso do Sul, esse imenso país novo e na verdade já desenvolvido que hoje vai estendendo suas fronteiras pelo Brasil inteiro e começa a atingir até mesmo o sertão brabo do São Francisco e do Ceará.

Numa certa fase do processo de desenvolvimento, a influência política das Capitais terá sido decisiva para aliviar o peso das velhas oligarquias rurais atrasadas e retrógradas sobre o governo. Hoje, entretanto, o Interior mudou e a situação inverteu-se. O Brasil saudável, sólido e progressista é o outro.

Esperemos que a nova Constituição e a adoção do voto por distritos permitam a esse país novo e sério firmar sua liderança política e exercer com mais firmeza, sobre o desorientado governo de Brasília, sua influência regeneradora.